



## **Campo em transição: desafios e possibilidades ao deslocar uma etnografia para o ambiente digital**

Simone de Oliveira Mestre<sup>1</sup>

Rafael Cerqueira Pinheiro<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho propõe contribuir para a análise e a reflexão da incorporação de dispositivos de comunicação remota no trabalho de campo. Para tanto, apresentamos dois relatos de pesquisas em andamento que tiveram suas atividades de campo suspensas em decorrência da emergência da pandemia de coronavírus e que necessitaram readaptar o seu desenho metodológico durante o período de confinamento social. Com base nas experiências relatadas, o nosso objetivo é apresentar os desafios e as possibilidades de condução do trabalho de campo que denominamos em transição, ou seja, quando uma pesquisa iniciada de modo presencial foi suspensa e necessita ser readaptada para ser conduzida de forma remota através do uso de plataformas e ferramentas digitais. Para tanto, versamos sobre os problemas, os limites e as oportunidades que se apresentam quando pensamos em mover uma pesquisa para o ambiente digital diante deste contexto.

Palavras-chave: metodologia, etnografia, trabalho de campo

Pretendemos responder à pergunta *quais são os desafios e as possibilidades ao deslocarmos o trabalho de campo (ou parte dele) para o ambiente digital?* Nosso problema parte da inviabilidade de seguir o pressuposto metodológico geertziano de “estar lá” (2009), caracterizado como o momento de deslocamento físico do etnógrafo para o seu respectivo campo de pesquisa. O contexto no qual este problema é discutido é a eclosão da pandemia de COVID-19, em meados de março de 2020, que provocou uma mudança profunda na vida social. As inúmeras medidas de prevenção ao coronavírus, dentre as quais o confinamento e o distanciamento físico e social, trouxe implicações imediatas para a interação presencial, face a face. Se, por um lado, o cenário pandêmico se apresentou como um grande desafio para pesquisadores que tiveram suas pesquisas interrompidas por conta da grave situação epidemiológica, por outro, abriram-se novas possibilidades de investigação que trazem novas

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; professora substituta de Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

questões, principalmente diante do contexto singular. Nós partimos de um problema concreto: como continuar pesquisas que foram interrompidas e demandaram rearranjos para incorporação de ferramentas remotas, como aplicativos de comunicação mediados por computador e/ou *smartphones*?

Em decorrência do problema supracitado, a respeito das condições adversas para tocar a pesquisa quando deflagrada a crise sanitária provocada pelo coronavírus, estabelecemos, desde o início do isolamento social, um diálogo constante sobre como seria a condução dos nossos respectivos trabalhos de campo. Aos poucos, os diálogos entre os dois autores propiciaram oportunidades para compartilharmos nossas experiências e para traçar estratégias à luz de uma bibliografia que nos ajudava a compreender os percalços em campo, mas que possibilitaram a continuidade do nosso trabalho. As reflexões conjuntas, e as estratégias utilizadas durante o trabalho de campo, motivaram a escrita do presente artigo.

O presente artigo visa a contribuir com pesquisadores que realizam trabalho de campo etnográfico em condições nas quais parte, ou a maioria, dos participantes está incluída nos grupos definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como de risco acrescido para infecção de COVID-19. Ademais, o artigo também pretende contribuir para pensar pesquisas nas quais os respectivos trabalhos estão sendo realizados em locais de elevado risco de infecção, como hospitais e comunidades periféricas ou em localidades em situação de alerta grave, considerando “perigo iminente dada à conectividade com os grandes centros urbanos e a alta vulnerabilidade social” (Codeço et al. 2020: 3).

O texto é dividido em três partes, além da introdução e da conclusão. Na primeira parte, apresentaremos separadamente os nossos relatos de pesquisa para situar o/a leitor/a acerca da nossa inserção em campo e como a problemática atingiu nossos trabalhos. Na segunda parte, apresentamos a discussão acerca dos parâmetros teórico-metodológicos do movimento de incorporação de ferramentas digitais remotas no trabalho de campo. E, por último, pontuamos os principais desafios e as possíveis alternativas para condução de uma pesquisa em contexto de transição de um trabalho de campo *in loco* (ou planejado para ser) para um campo remoto.

## 1. Contextualizando os relatos etnográficos

Para realizar uma pesquisa no *campo em transição*, exige-se do (a) pesquisador (a) algumas características cruciais para sua inserção ou retorno para o campo de pesquisa. Pontuamos três aspectos que consideramos entre os mais relevantes para o trabalho de campo. O *feeling*, ou seja, a habilidade desenvolvida na prática de trabalho de campo para pensar, testar e executar as melhores estratégias para estabelecer contatos com os/as interlocutores de pesquisa. A obstinação, para aprender sobre e como incorporar diferentes ferramentas metodológicas, muitas das quais não convencionais na literatura clássica sobre trabalho, na condução da pesquisa. Por fim, a resignação, para compreender como será a melhor maneira para reorganizar a pesquisa em um novo ambiente.

Esses três elementos são cruciais para propor e traçar formas de abordagem empírica que incorporam ferramentas de uso remoto e suas implicações para que cada pesquisador (a) possa traçar o próprio caminho de pesquisa, que sempre será único, mesmo que se inspire em outras experiências. Salientamos que os relatos serão apresentados na sequência e em primeira pessoa do singular, pois se trata das descrições de vivências, de observações e de reflexões pertinentes a cada um dos pesquisadores.

### **Relato 1 – Um campo em um território estigmatizado**

Este relato trata da descrição sobre meu percurso da minha pesquisa de doutorado em andamento, na qual me proponho a compreender os sentidos de ser, de fazer e de viver das mulheres, as quais são lideranças que atuam e residem na região do Veneza – território localizado no município de Ribeirão das Neves (região metropolitana de Belo Horizonte). É importante salientar que as tramas etnográficas que me levaram ao campo iniciaram-se nas minhas experiências anteriores, entre elas, destaco a experiência de trabalho no Programa Fica Vivo (PFV) no ano de 2016, na qual tinha por função analisar as dinâmicas criminais do lugar. Ao desenvolver as atividades profissionais, tive a oportunidade de ter contato com os moradores, em cujas narrativas e conflitos, pude identificar um processo de estigmatização do território, além de uma degradação simbólica (Bourdieu 2008) de seus habitantes, desencadeando configurações diferentes entre mulheres e homens de lidarem com os impactos desse estigma.

Percebia uma forma diferente entre homens e mulheres de atuarem no território; enquanto as mulheres ocupavam os lugares de participação social buscando melhorias para o local, os homens exprimiam o desejo de sair da comunidade. Foi justamente nas vivências como

analista social que pude observar a participação ativa das mulheres em associações, em times de futebol, em igrejas, em projetos sociais, em cooperativas e em outros lugares. A intensidade da presença delas nesses espaços despertou-me o interesse em lançar um olhar sociológico sobre as relações de gênero presentes no território. E como uma adepta declarada da etnografia, apoiei-me na perspectiva do ‘olhar de dentro’, proposta por Magnani (2002) para compreender a equação gênero - cuidado - território - identidade, quando elaborei um projeto de pesquisa de doutorado, aprovado na seleção do Programa PPGS/UFMG realizada em 2017 para ingresso na turma de 2018.

De forma geral, meu cronograma de pesquisa foi dividido da seguinte forma, entre 2018 a 2019, estava voltada a fazer a revisão bibliográfica da pesquisa, cumprir os protocolos do CONEP/UFMG e cursar os créditos exigidos pelo Programa, enquanto os dois semestres de 2020 e o primeiro semestre de 2021, seriam voltados para realização das atividades de campo, deixando reservado o segundo semestre de 2021 para escrita final da tese.

A princípio, minha organização para realizar o trabalho de campo girava em torno da imersão em campo. Pretendia realizar as primeiras incursões no território a partir de observações no Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), local onde funciona o Programa Fica Vivo e o Programa Mediação de Conflitos, no qual havia trabalhado em 2016, tal como planejava estabelecer uma interação com outras mulheres lideranças que já tinha conhecido quando era técnica social, buscando por meio delas estabelecer relações com o local e com outras mulheres. Mas, não foi bem isso que aconteceu. Pelo menos, não da forma que havia planejado.

Quando as medidas para o isolamento social em decorrência da Pandemia de COVID-19 começaram no dia 18 de março, eu já vinha, há aproximadamente 40 dias de quando tinham iniciado minhas atividades de campo, buscando traçar estratégias para identificar e para entrevistar possíveis participantes da pesquisa, pois a possibilidades de observação participante e entrada em campo por meio do PFV não aconteceram como esperava, ao tentar contactar a gestora do CPC, não obtive resposta. Após algumas insistências que não tiveram efeito, decidi mudar minha estratégia para entrada, quando tive a ideia de participar de uma designação (processo seletivo) para ministrar aulas de Sociologia no ensino médio em uma escola no território, na qual obtive êxito na seleção. Na verdade, não houve concorrência e iniciei minhas atividades como professora em uma escola estadual da região no dia 04 de fevereiro de 2020. Meu plano inicial era aproveitar minha presença na escola para abrir possibilidades de pesquisa.

A experiência como professora parecia uma excelente porta de entrada no campo e a vivência nesse espaço poderia se apresentar como uma oportunidade de conhecer melhor o lugar.

Havia quatro semanas que já tinha iniciado as atividades de ensino e estava totalmente encantada com meu trabalho, quando surgiu uma oportunidade profissional e acadêmica tentadora e precisei solicitar o desligamento das minhas atividades na escola no dia 13 de março. Um dia antes, por volta das 8 horas da manhã, consegui estabelecer contato com a equipe do PFV, a qual me convidou para participar de uma roda de conversa com mulheres do território.

Estava satisfeita por ter conseguido finalmente estabelecer contato realizado com equipe do PFV, embora estivesse triste por ter saído da escola. Mas me contentava com o fato de que o tempo em que passei na escola rendeu excelentes observações, contatos e informações. Na semana seguinte, menos de quatro dias depois, eu e minha família começamos o isolamento social, meu filho deixa de ir para escola, e nos dias que se seguem, há incertezas e todos os compromissos são cancelados, inclusive aquela oportunidade profissional acadêmica que motivou meu desligamento da escola foi cancelada.

Confesso que estava tão atordoada nas primeiras semanas de isolamento que acreditei que tudo acabaria no final do mês e que, em abril, a vida voltaria ao normal. Minha primeira reação referente à pesquisa na pandemia foi aguardar e tentar cuidar da minha saúde mental, algo extremamente difícil de fazer, considerando que meu confinamento social foi e tem sido marcado por um sobrecarga extensa de tarefas, marcada por acúmulo de várias jornadas de trabalho realizadas no mesmo espaço-lugar, seja com os cuidados com meu filho, com trabalho docente, com as tarefas domésticas, acadêmicas e com as atividades de pesquisa, além do acompanhamento da minha família que reside no norte do país enquanto estou em Minas Gerais.

Neste cenário, pensar a pesquisa de campo durante o confinamento social foi algo um tanto quanto desesperador. A sensação era de que sua realização parecia ser algo impossível, quando comecei a refletir sobre como as adversidades da pesquisa de campo podem se converter em ocasiões que testam nossa sensibilidade e criatividade, podendo se transformar em uma excelente oportunidade de fazer novas descobertas.

Nesse momento, então, comecei a visualizar um campo “online”. Iniciei um movimento de buscar participar de atividades e de acompanhar as mobilizações de grupos e de núcleos de pesquisas que estavam debatendo aspectos metodológicos diante das suspensões das atividades de campo, mergulhei nas *lives* e nos *webinars* sobre possibilidades de realizar uma pesquisa na pandemia.

Foram esses eventos que permitiram repensar minha resistência com as pesquisas intituladas “online” ou “digitais”. Reconheço que não tinha conhecimento sobre os estudos conduzidos a partir da perspectiva da etnografia virtual, *webnografia*, *netnografia online*, entre outras nomenclaturas possíveis. Alicerçada por reflexões baseadas nas contribuições dessa área, começo, então, a desenhar a possibilidade de fazer entrevistas *online*, mesmo sabendo que meu campo não se enquadra na perspectiva teórica sobre as etnografias virtuais, pois ele é e não é *online*.

Encaro então o desafio de fazer parte das minhas atividades de pesquisa de forma *online*. Adotando como tática o uso do espaço digital, visando a realizar entrevistas *online*, passo a buscar me incluir em grupos nas redes sociais de mulheres do território, convertendo as informações coletadas antes e durante a pandemia, em campo, em possibilidade de entrada para etapa *online*, tentando adaptar a técnica de “bola de Neve”.

Para tanto, utilizei três estratégias: 1) usar os contatos que já tinha nas minhas redes sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram) com pessoas do território para mapear e me aproximar de possíveis informantes ou participantes. 2) Perceber os grupos de WhatsApp como locais para conhecer o território, para contatar participantes e para conseguir entrar em outros grupos de WhatsApp – antes estava apenas em um grupo do WhatsApp, hoje estou em seis grupos, minha inserção nesses grupos deu-se por meio das participantes que entrevistei. 3) Busquei contatar pessoas conhecidas e até amigos que não residem no território, porém que já trabalharam ou trabalham nele. Essas pessoas possuem uma rede de contato muito importante e que auxiliou o contato com as participantes da pesquisa. 4) Utilizei do meu contato com meus colegas professores e alunos da escola para sondar possíveis grupos e participantes.

Esses esforços resultaram em um levantamento amplo de dados sobre o território e consegui chegar em diversos grupos de mulheres, realizando mais de dez entrevistas por meio do aplicativo WhatsApp e produzindo material suficiente para escrever minha qualificação de doutorado, que aconteceu no dia 09 de julho de 2020. Continuo, ainda, fazendo minhas atividades de campo e estabelecendo contato com as participantes e as informantes da pesquisa por meio das ferramentas tecnológicas que tenho à disposição.

Para encerrar o relato, quero desatacar uma questão importante. A adoção do aplicativo WhatsApp como padrão, a realização das entrevistas e a observação participante foram baseadas na minha negociação com grupo estudado. Por ser o aplicativo com maior acessibilidade para os brasileiros por vários motivos, entre eles, o uso ilimitado de dados ser atrelado a pacotes populares oferecidos por grande parte das operadoras de *internet* móveis,

permitindo o acesso de pessoas das camadas populares ao aplicativo sem limitações. Além de seu fácil manuseio, oferece ferramentas que facilitam a comunicação, como a troca de áudios e de imagens de forma rápida e prática.

## **Relato 2: O trabalho de campo em um serviço especializado para HIV/Aids**

O segundo relato refere-se à pesquisa desenvolvida em um Centro de Treinamento e Referência para doenças infecto-parasitárias, localizado na cidade de Belo Horizonte. O trabalho de campo desenvolvido no espaço é parte de pesquisa de doutoramento dedicada a compreender o HIV e a aids como doenças de condição crônica na perspectiva de relações de cuidado que, por sua vez, são construídas por usuários que estão em acompanhamento clínico nessa instituição.

Um dos pressupostos teórico-metodológicos do trabalho que está sendo desenvolvido é que as relações de cuidado são elementos que possibilitam que o HIV e a aids sejam doenças tratáveis e, portanto, com a possibilidade de se tornarem crônicas. Desse modo, empiricamente, a coleta de dados de uma pesquisa dessa natureza possui uma localização específica: os espaços ambulatoriais onde é realizado o acompanhamento clínico.

O desenho original da pesquisa propunha a realização de trabalho de campo multisituado em diferentes serviços de infectologia da rede pública da cidade de Belo Horizonte. No entanto, com o advento da epidemia de coronavírus, as estratégias e alguns preceitos metodológicos, tais como a observação participante presencial da rotina de uma instituição de saúde, tiveram que ser reajustados e readequados às condições que se tornaram possíveis, na medida que o cenário epidemiológico possibilitava maior interação social.

Antes de prosseguirmos, é importante salientar que o tratamento para HIV/Aids, na rede pública, tem como mote o monitoramento clínico dentro de uma estrutura de serviços ambulatoriais de assistência à saúde. Desse modo, os espaços institucionais de saúde se tornam lugares, por excelência, de coleta de dados para aqueles que se dedicam a compreender processos de produção de saúde e de doença, bem como o cuidado, em uma perspectiva institucional e qualitativa.

O projeto de pesquisa foi submetido às instâncias institucionais de ética e de pesquisa (COEP) e o processo até a aprovação final durou cerca de nove meses. Na anuência, foi informado que o núcleo de pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA-PBH) solicitou que o contato a ser tecido nas instituições fosse por meio da gerência. Desse modo, seguindo as instruções, a entrada em campo se deu de modo verticalizado, ou seja, inicialmente por

intermédio das instâncias administrativas superiores. A gerência do distrito sanitário a que a instituição está vinculada se encarregaria de intermediar o contato inicial com a gerência da unidade onde a coleta de dados se realizaria. Só então eu poderia estabelecer contato diretamente para começar o meu trabalho de campo.

A observação participante pretendia, mais do que desenvolver aquilo que Da Matta conceituou como *anthropological blues* (Da Matta 1978), no sentido de realizar a tarefa de transformar o exótico e o desconhecido em familiar, mas, também, registrar os imponderáveis do cotidiano que não aparecem nos relatórios e nos boletins de vigilância epidemiológica, mas que são necessários para compreender a produção e a oferta de cuidado nos serviços ambulatoriais. Como um pesquisador de fora do campo, sem ter vivência suficiente para compreender o modo de funcionamento na prática (como, por exemplo, um etnógrafo que também seja trabalhador/a da saúde), a observação *in loco* seria uma etapa fundamental para o procedimento de pesquisa.

O processo de coleta de dados por observação participante presencial foi empreendido entre os dias 21 de janeiro e 17 de março de 2020. Nesses quase dois meses, a abordagem inicial na instituição se deu com o agendamento de um horário com a gerente para apresentação pessoal do pesquisador e do projeto de pesquisa a ser executado. Na ocasião da primeira visita, eu entreguei uma pasta contendo uma cópia do parecer consubstanciado de aprovação do projeto no comitê de ética e do TCLE dos profissionais e dos usuários.

O processo de negociação para entrada em campo com pessoas que ocupam posições mais elevadas de uma estrutura burocrática acaba possibilitando uma forma específica de entrada e de acesso a outros interlocutores. Para mim, aquela era a única forma possível por estar alinhado com as orientações repassadas pelos órgãos de ética em pesquisa que permitiram a realização do trabalho. Até para evitar conflitos que pudessem, porventura, inviabilizar minha permanência em campo, considerei adequado, e conveniente, seguir rigidamente as diretrizes repassadas pelo COEP.

A recepção da instituição, onde se localiza a sala de espera, foi, no primeiro momento, um espaço estratégico para o começo da observação por se situar no limite entre o espaço externo, representado pela rua, e o interno, dos consultórios. Nessa perspectiva, a recepção também é considerada um espaço de fronteira por se tratar de um ambiente controlado cujo acesso é mediado por uma triagem realizada por funcionários que controlam o acesso ao interior da instituição. O percurso de observação em campo seguiria um deslocamento espacial, do



ambiente externo em direção ao interior da instituição, até chegar aos consultórios, espaço privilegiado de observação da pesquisa.

Com a emergência da epidemia de COVID-19, a continuidade do trabalho de campo presencialmente na instituição ficou comprometida. O campo foi diretamente afetado por se tratar de uma instituição de saúde que recebe casos suspeitos de coronavírus. Mesmo após a flexibilização das diretrizes de confinamento social, será inviável permanecer nos espaços para a realização da observação participante sem risco para a minha saúde e a dos meus interlocutores.

No dia 17 de março, o Ministério da Saúde publicou o ofício circular nº8, direcionado às coordenadorias estaduais e municipais dos programas de HIV/aids, com uma série de orientações para adaptação dos serviços à situação da epidemia. Este documento trata a respeito de uma série de medidas de adaptações no atendimento dos serviços, de modo a assegurar o distanciamento físico dos usuários dentro das instituições e a continuidade do acompanhamento clínico dos/as usuários/as vinculados/as.

Uma das recomendações do ofício emitido pelo Ministério da Saúde é o espaçamento das consultas especializadas, na medida em que as condições clínicas permitirem, e a dispensação de antirretrovirais por um período mais extenso – a cada três meses.

Um dos fatores que limitou as minhas possibilidades de recorrer aos profissionais e tentar, de algum modo, conduzir a pesquisa à distância foi o curto período presencial passado na instituição antes da deflagração do confinamento. Como eu havia conhecido poucos profissionais de saúde daquela instituição, eu não tinha relações sólidas que pudessem proporcionar a continuidade da pesquisa à distância. Eu entrei em contato, pelo aplicativo *Whats App*, com a gerente da instituição, para saber sobre a situação do serviço, quarenta dias após a deflagração da crise. Recorrer à gerência para acessar remotamente profissionais, ou seja, a sua intermediação estava fora de questão.

Discutia com uma colega, coautora deste artigo, a melhor forma de utilizar a *internet* para continuar o trabalho iniciado presencialmente. Afortunadamente, ela conhecia uma professora da universidade, da Escola de Enfermagem, que poderia facilitar o meu contato a distância com profissionais não acessados durante o período presencial. O contato com essa professora foi extremamente bem-sucedido e me proporcionou acesso a diversos profissionais da instituição que não foram acessados anteriormente. Ela entrava em contato com esses profissionais, apresentava a mim e a pesquisa e pedia permissão para repassar o contato no aplicativo WhatsApp.

Com essa nova entrada, consegui ter uma boa adesão ao convite para participar da pesquisa. O deslocamento, diga-se forçado, do trabalho de campo para o ambiente virtual demanda reposicionar relações que ainda estavam sendo construídas e, também, implicava novas formas de relações intermediadas por aplicativos de comunicação. A proximidade com meus recentes interlocutores, que me foram apresentados por intermédio de uma pessoa que não está vinculada à instituição, se tornou uma questão para a realização do meu trabalho de campo. Por um lado, dada a emergência dos prazos, acentuados com a paralização das atividades acadêmicas, e as condições adversas de condução de uma pesquisa durante uma grave crise sanitária, aquela era uma oportunidade rara; por outro lado, a construção de relações de confiança e proximidade, necessárias para a realização do trabalho de campo em uma instituição que trata de HIV/Aids, ainda era incipiente e poderia me conceder diferentes acessos ao ambiente para a coleta dos dados.

## **2. Por onde passa o debate?**

Uma das premissas da tradição antropológica sobre o trabalho de campo (Geertz 2008, 2009; Malinowski 1976) considera o deslocamento físico do pesquisador para o lugar onde a pesquisa é realizada, vez que a etnografia parte da interação constante do pesquisador com o grupo e/ou comunidade estudada. Essa perspectiva muitas vezes contribui para fixarmos no nosso imaginário social uma ideia do trabalho etnográfico como algo *in loco* que demanda necessariamente um deslocamento geográfico.

Essas ideias são sustentadas em virtude de os trabalhos clássicos da área darem como certa a possibilidade de interação e não preverem situações de distanciamento físico, tampouco o desencaixe espaço-temporal, uma vez que a produção de dados etnográficos se baseia no registro *in loco*. A própria referência a trabalho de campo, de modo geral, suscita imagens relacionadas à convivência física e à interação face a face, de caráter presencial.

No entanto, nos últimos anos, o próprio entendimento acerca das possibilidades de realização do trabalho em campo e os modos como a Antropologia tem se dedicado ao tema vêm sendo ampliados (Clifford 2012; Marcus 1995) a partir de críticas que subjazem essa noção e que estão posicionadas em área de pesquisa que se debruçam sobre a produção etnográfica no/sobre o ambiente digital (Ramos; Freitas 2017).

Esse campo tangencia, entre suas discussões, uma possível divisão do campo entre *online* e *off-line*, decorrente de inúmeros trabalhos que abarcavam a problemática dos ambientes virtuais, trazido à tona a discussão proposta por Daniel Miller e Don Slater, acerca da diferença

entre contextos e molduras da pesquisa etnográfica. O autor, amparado na discussão de Latour (1996 apud Miller & Slater 2004) e Strathern (1999 apud Miller & Slater 2004) sobre a separação clássica entre sujeitos e objetos, assinala as limitações possíveis decorrente da fixação de categorias metodológicas ao buscar compreender os fenômenos sociais, o que pode contribuir para retificar uma visão tradicional do contexto a ser estudado.

Para Miller e Slater, (2004), a etnografia deveria solver a reiteração desse tipo de dualismo ao conceber as relações entre o fenômeno analisado e os contextos como relações recíprocas. Ao trazer a discussão para a abordagem da *internet*, o autor considera que a superação desses lugares comuns borraria a própria divisão entre *on-line* e *off-line*.

Isso significa desagregar ‘a internet’ na profusão de processos, usos e ‘tecnologias’ sociais que ela pode compor em diferentes relações sociais ao invés de considerá-la como um ‘objeto’ único com propriedades inerentes que podem, no máximo, ser expressos de formas variadas em diferentes contextos (Miller & Slater 2004: 46).

De todo modo, a crítica de Miller fundamenta-se na abordagem sociológica da relação entre homens e máquinas, que coloca homens e objetos em polos dicotômicos. Como argumenta Guimarães Jr. (2004), uma consequência da operacionalização dessas distinções foi a noção de ‘impacto social das tecnologias’, cuja reação crítica foi amparada pela emergência das *Science and Technology Studies* (STS) na década de 1970.

O contexto da prática etnográfica emerge, então, como uma questão relevante para pensar a incorporação de dispositivos remotos. Se considerarmos o contexto dissociado das práticas que se desenvolvem nele, corremos o risco, à luz do debate, de reificarmos e naturalizarmos a análise. O que se propõe é que na incorporação dessas ferramentas não percamos de vista os processos que geram o fenômeno observado.

Um fato importante a considerar é que, na situação de confinamento social generalizado, não apenas pesquisadores têm lançado mão do uso de ferramentas de comunicação *on-line*, como tem se intensificado o processo de passagem de atividades outrora presenciais para o modo remoto. O *home office*, as aulas virtuais tanto na rede pública de ensino, quanto na rede privada, são alguns exemplos de processos que já existiam anteriormente, mas que estão se intensificando em momentos de pandemia.

Nesse sentido, a imbricação entre *on-line* e *off-line* e as formas culturais normativas emergentes dessa situação tornam o debate mais atualizado e pertinente ao momento que estamos vivenciando. A seguir, buscaremos caracterizar os principais desafios e as possibilidades ao fazer uma pesquisa situada em um campo de transição.

### 3. Desafios e possibilidades

As pesquisas etnográficas conduzidas em ambiente digital, articuladas com as experiências apresentadas nos relatos etnográficos, permitem identificar três eixos de desafios e de possibilidades para pensar o *campo em transição*: a) traçar estratégias de retorno ao campo; b) condução das atividades de pesquisa e c) registros dos dados.

No eixo entrada em campo, inclui a necessidade de traçarmos estratégias para nos aproximar do nosso campo ou dos participantes da pesquisa. Esse movimento demanda do pesquisador um *feeling* para selecionar e para mapear dois pontos importantes para sua inserção, como se aproximar dos participantes da pesquisa e identificar qual é a melhor plataforma ou rede social para realizar a interação. Em ambos os relatos, indicamos os percalços que enfrentamos. Muitas vezes, foi necessário passar por várias pessoas e lugares virtuais (grupos, *chats*, fóruns entre outros) para chegar aos interlocutores ou para entrar de fato no campo.

Os percursos apontados nos relatos podem aparentar uma certa celeridade ou instantaneidade no retorno das atividades de pesquisa. Essa imagem é errônea, pois, na prática, os eventos não acontecem de forma rápida. Na verdade, cada contato foi estabelecido de forma muito específica. Na maioria das vezes, constituiu-se por meio de um percurso que demandou muito tempo, tentativas e paciência. Uma impressão equivocada que se tem das pesquisas no ambiente digital é de que os contatos são automáticos. Pode ser que um interlocutor responda imediatamente, em outros casos, podem demorar semanas, e essa demora pode significar várias coisas que nem cabe ao pesquisador tentar entender

Esse caminho é vagaroso e exaustivo, porém se mostrou necessário na definição de qual plataforma ou rede social seria utilizada na interação. Foi por meio dele que se tornou possível acessar informações básicas sobre os participantes da pesquisa. Nos relatos, o uso do WhatsApp para mediar a relação entre pesquisador (a) e interlocutores foi avaliado como a mais adequado para a condução das entrevistas e para a realização da observação participante. A escolha foi baseada no perfil do grupo estudado, considerando suas escolhas, familiaridade e acessibilidade com a ferramenta; provavelmente, se fosse feito o uso de outro aplicativo, como o Google Meet, o Zoom ou Skype, poderia ter se configurado como uma barreira de acesso.

O segundo eixo, o da condução das atividades de pesquisa, corresponde às transações do campo, um processo presente e necessário na realização da maioria das etnografias, independentemente de ser realizada ou não no ambiente digital. Corresponde, também, ao processo de negociação, que pode ser marcado pelo momento no qual o etnógrafo negocia sua entrada de campo com “grupos que pretende estudar, transformando-os em parceiros de seus

projetos de investigação, compartilhando com eles e com elas suas ideias e intenções de pesquisa” (Eckert; Rocha 2008: 5).

Todavia o processo de negociação pode representar também as formas de compreender as significações no campo, presentes “na restituição textual da experiência do campo, a dinâmica e a dialogia se devem fundar sobre a negociação entre os modelos teóricos do antropólogo e aqueles dos nativos, em um sutil jogo de interferência entre componentes pessoais e disciplinares da pesquisa” (Malighett 2015: 7). As transações podem acontecer de forma separada, simultânea ou paralela durante a condução das atividades de pesquisa. Entretanto, quando pensamos no campo digital, elas ganham contornos singulares e envolvem outras complexidades.

Identificamos múltiplas formas de negociação na condução de um campo em transição, por isso optamos por separar, em eixos, a entrada em campo e a condução das atividades de pesquisa. Enquanto o primeiro está mais relacionado com a definição e com o planejamento de estratégias para estabelecer contato, o segundo é totalmente permeado por micro processos de negociações e exige atenção dobrada para os detalhes simples quando se propõe a conduzir uma pesquisa no campo digital.

Para ilustrar o argumento, suponhamos que o/a pesquisador/a julgue como irrelevante responder à mensagem de “bom dia” dos grupos de WhatsApp no qual está inserido. Porém, não se deve usar esse pressuposto quando a presença no grupo é para realizar uma observação participante. Antes de tomar qualquer atitude, é importante entender como a relação é estabelecida naquele ambiente, além de identificar as regras e a etiqueta compartilhada pelos membros. Ao mesmo tempo, é necessário medir até que ponto pode interagir no grupo para não aparentar ser uma pessoa que está “forçando” a interação e correr o risco de ser visto pelos outros membros como intruso ou um espião. A questão que queremos levantar é a seguinte: a pesquisa realizada a partir de um “campo em transição” coloca o pesquisador em constante estado de alerta para esses processos de negociações que, muitas vezes, por sua sutileza, podem passar despercebidos.

No eixo sistematização dos dados, envolve-se a forma de como fazer o registro das atividades. Aqui, queremos enfatizar o caráter essencial do diário de campo. Embora não mencionado nos relatos, um ponto crucial em nossa experiência foi escrever no diário mesmo diante da suspensão das atividades de campo. Foi um exercício fundamental para ajudar a pensar as estratégias para condução das atividades de pesquisa. Além disso, a escrita em

confinamento social é um ato de autoconhecimento e se mostrou muito potente em nossas vivências.

É importante criar mecanismos para registrar informações sobre o campo, inclusive pontuando aspectos da nossa rotina. O excesso de subjetividade não foi uma preocupação, julgamos a manutenção da rotina de escrita como algo mais importante do que saber sobre quais assuntos ou aspectos deveriam ser incluídos em nossos relatos diários. No final, foi possível separar aquilo que se configurava como material empírico-analítico.

No tocante aos registros de informações sobre as interações nas plataformas, percebemos que é necessária uma atenção dobrada, por ser um *campo em transição*, ou seja, não foi uma pesquisa desenhada para acontecer em um ambiente digital. Não tínhamos conhecimento de vários protocolos e reflexões sobre os aspectos éticos que envolvem a condução de uma pesquisa nesse ambiente, por isso, o acesso à literatura específica (Amaral 2010; Noveli 2010; Polivanov 2013) foi uma premissa basilar.

O ambiente digital é um campo marcado por signos analógicos e simbólicos, há informações em toda parte, são imagens, *memes*, animações, figurinhas, áudios, *links*, mensagens de texto, *emoji*, entre outros. Todos esses elementos representam dados que podem ser importantes no contexto da pesquisa. E, diante desse universo etnográfico, aberto pelas interfaces de um aplicativo ou de uma plataforma, foi crucial saber o que deveria ser o foco da nossa atenção e pensar em ferramentas que podem orientar a condução dos trabalhos sem correr o risco de nos perdemos diante de tantas referências.

Nesse contexto, o simples ato de fazer um *print* na tela envolve um dilema de pesquisa. De um ponto de vista ético, é problemático tirar um *print* da tela de um grupo de WhatsApp sem pedir autorização dos membros. Entretanto, é complexo pedir autorização quando você pode ter mais de 100 pessoas naquele espaço. Consideramos que a atitude mais prudente na utilização de mecanismos que facilitam a captura de imagem e de gravação de tela é agir com muita cautela.

Em nossa experiência, mantínhamos, e ainda mantemos, nossos interlocutores por dentro de todas nossas ações. Inclusive enviamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com antecedência e realizamos a leitura dele antes de iniciar a entrevista. No primeiro momento, acreditávamos que seria um exercício exaustivo e embaraçoso, mas a prática nos mostrou que a leitura desse documento se apresentava como forma de quebrar o gelo inicial da entrevista. Era o pretexto para iniciar o diálogo, e, em algumas ocasiões, era interpretado como uma expressão de cuidado no repasse das informações da pesquisa.

Para finalizar essa terceira parte do artigo, queremos abordar a importância de desmistificar alguns aspectos em torno de como é conduzir uma pesquisa no ambiente digital, em especial, os relacionados ao deslocamento e à presença na realização de uma pesquisa etnográfica.

Realizar um campo mediado por ferramentas virtuais é um exercício de deslocamento. Conduzir uma pesquisa de forma remota possibilita outras formas de encontros e de movimentos. Se compreendemos esses atos como formas de deslocamentos, é possível pensar o mesmo movimento a partir da interação *online*. Portanto, fazer um campo em transição implica uma dupla condução na pesquisa.

Da mesma forma, é necessário indagar sobre o que significa uma atividade presencial. Por exemplo, realizamos as entrevistas *online* de forma síncrona e uma de nossas inquietações é: podemos considerá-las não presenciais? Concluímos, com base em nossa experiência, que não. Porém, as entrevistas também não podem ser consideradas como semipresenciais, pois elas não foram realizadas em parte *in loco* e em parte *online*, elas foram conduzidas no ambiente virtual.

O que pretendemos sustentar com esses questionamentos é que a ideia de “presença” não é uma categoria fixa. A literatura clássica antropológica compreende a presença como o “estar lá” (Geertz 2009) e, nesse sentido, sua própria escrita é um exercício de provar que você fez esse movimento de deslocamento físico até o local onde é realizado o campo de pesquisa. Os relatos apresentados e a própria condução das nossas pesquisas mostram que é possível “estar lá” – deslocar-se virtualmente até o campo, no qual a presença é construída de forma diferente e muito particular.

Os desafios de construir a presença em um campo em transição são muitos. Ela não pode ser vivenciada a partir da interação corporal com os sentidos como o olfato e o tato. Embora permita o intercâmbio visual, aquilo que pode ser visto é definido a partir do que o outro está disposto a mostrar. Há ainda as interrupções provocadas por problemas técnicos com os aparelhos ou com a conexão de internet.

Entretanto, a forma como interagimos com os participantes da pesquisa nesse contexto é um lugar privilegiado para compreendê-los e para entender a sua realidade. É possível fazer desse contexto desafiador um lugar para repensar o caráter constitutivo do olhar-ouvir-escrever, como etapas fundamentais para construção de “um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social” (Cardoso De Oliveira 2007: 18) e necessário na condução de pesquisas etnográficas.

## Considerações finais

No atual contexto, a necessidade de fazer adaptações nas pesquisas acadêmicas se constitui como uma realidade e necessidade, sobretudo na área das Ciências Sociais. Nesse cenário, no qual o “estar lá” de forma física e geograficamente não é possível, a definição de estratégias para readaptar o trabalho etnográfico implica pensar o digital, especialmente para aquelas pesquisas que se identificam no que chamamos de campo em transição.

A forma como abordamos os desafios e as possibilidades é uma compilação simplificada diante das experiências que apresentamos de forma breve nos relatos. Ao longo do texto, evidenciamos que o uso das ferramentas *online* para realização da pesquisa interpela repensar a relação com o campo, posto que o deslocamento de um ambiente físico para um ambiente digital ressignifica os sentidos dos eventos de pesquisa. Estamos aqui amparados pelas observações de Hine (2000) sobre as implicações metodológicas provocadas ao mover uma etnografia para um ambiente *online*.

Outro ponto de destaque diz respeito às fronteiras entre *online* e *offline*. Elas não são delimitadas de forma rígida e dicotômica, embora tenhamos a tendência de vê-las como tal. A condução de um campo em transição mostra que há um espectro de quase fusão indissolúvel entre o “real” e o “virtual”, mostrando que essas fronteiras são borradas e suas delimitações fluidas, sendo que que apresentam possibilidade de serem convertidas em possibilidades para transitar entre campos.

Por fim, enfatizamos que a utilização do termo *in loco* no lugar da palavra presencial no texto vem de um desconforto com uma visão quase que cristalizada de que as pesquisas no ambiente digital não seriam presenciais. Contudo, as reflexões suscitadas pelas vivências relatadas provocaram, em termos metodológicos, a percepção da noção de presença como uma categoria cada vez mais frouxa e questionar o que podemos chamar ou não de presencial, assim como devemos problematizar o que significa práticas de deslocamento quando conduzimos uma pesquisa situada em ambiente digital e não digital.

## Referências

AMARAL, Adriana. 2010. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP*, n. 86:p.122–35. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i86p122-135.

BOURDIEU, Pierre, e MATEUS, S. Soares Azevedo. 2008. *A miséria do mundo*. 7.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2007. O ofício do antropólogo, ou como desvendar



evidências simbólicas. *Anuário Antropológico*, vol. 1, n. 32: p. 9–30. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7441082>>.

CLIFFORD, James. 2012. *A experiência etnográfica—antropologia e literatura no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CODEÇO, Claudia Torres; VILLELA, Daniel; COELHO, Flávio Codeço; BASTOS, Leonardo S. Bastos; CARVALHO, Luiz Max; GOMES, Marcelo F. C. Gomes; CRUZ, Oswaldo Gonçalves; LANA, Raquel Martins; VESPIGNANI, Alessandro; PIONTTI, Ana, e DAVIS, Jessica T. 2020. Estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40509>>. Acesso em: 12 de set. 2020.

DA MATTA, Roberto. 1978. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim Museu nacional*, n.9: p.1-11, Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta. Disponível em: <<https://bit.ly/3n286rE>>.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. 2008. Etnografia: Saberes e Práticas. *ILUMINURAS*, vol. 9, n. 21: p.1-26. DOI: 10.22456/1984-1191.9301.

GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GEERTZ, Clifford. 2009. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

GUIMARÃES JR, Mário JL. 2004. De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. *Horizontes Antropológicos*, vol. 10, n.21: p.123–54. DOI: 10.1590/S0104-71832004000100006

HINE, Christine. 2000. *Virtual Ethnography*. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE.

MAGNANI, José Guilherme C. 2009. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, vol.15, n.32: p.129–56. DOI: 10.1590/S0104-71832009000200006.

MALIGHETT, Roberto. 2015. O trabalho etnográfico: circularidade hermenêutica e dialogismo. *Revista de Políticas Públicas*, Vol.2, n.1: p.79-94. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3681/1687>>. Acesso em: 15 de ago. 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.

MARCUS, George E. 1995. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, vol.24, n.1: p.95–117. DOI: /10.1146/annurev.an.24.100195.000523

MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes antropológicos*, vol.10, n.21: p.41–65. DOI: 10.1590/S0104-71832004000100003

NOVELI, Márcio. 2010. Do Off-Line para o Online: A Netnografia como Um Método de

Pesquisa ou o que Pode Acontecer quando Tentamos Levar a Etnografia para a Internet? *Revista Organizações em Contexto*, vol.6, n.12: p107–33. DOI: 10.15603/1982-8756/roc.v6n12p107-133.

POLIVANOV, Beatriz. 2013. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. n.3: p.61-71. DOI: 10.19174/esf.v1i3.4621

RAMOS, Jair de Souza; FREITAS, Eliane Tânia. 2017. Dossiê temático: Etnografia digital. *Revista Antropolítica, Niterói*, n.42: p.8–15. DOI: 10.22409/antropolítica.v0i49